

Pilares da Economia de Francisco e Clara e o enfrentamento da profunda crise¹

André Ricardo de Souza²

Pillars of Francis and Clare's economy and facing of the deep crisis

Breve introdução

Esta pequena reflexão abrange aspectos que considero fundamentais na contribuição brasileira em termos de resposta ao chamado do Papa Francisco para a busca da mudança no paradigma socioeconômico do mundo, sobremaneira na fase pós-pandemia do novo coronavírus³. Do amplo universo nacional de experiências que compõem a Economia de Francisco e Clara⁴ e que deve ser, tanto quanto possível, compartilhado com outros países, ressalto quatro faces: 1) *a renda básica*; 2) *a economia solidária* 3) *o orçamento participativo*; 4) *a*

1 Versão bastante ampliada do pequeno artigo publicado no Boletim *Sociologia da Pandemia*, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar): <http://www.ppgs.ufscar.br/boletim-coletividades-sociologia-na-pandemia/>

2 Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (DS/ PPGS – UFSCar) – São Carlos – Brasil – anrisouza@uol.com.br

3 Trata-se da convocação inicial para o encontro da Economia de Francisco, feita pelo pontífice em 1 de maio de 2019 para jovens com até 35 anos, de diversos países, a acontecer em Assis, Itália, com ativistas e intelectuais. Tal evento deveria ocorrer em março de 2020, porém a pandemia o inviabilizou, tendo sido remarcado para o mês de novembro, havendo bastante probabilidade de novo adiamento pelo mesmo motivo.

4 Nome adotado no Brasil e, depois, na Argentina pelo valor moral-evangélico também de Clara de Assis e pela compreensão disseminada de que 'feminino e masculino devem caminhar necessariamente lado a lado, sem supremacia'. Tal conjunto da Economia de Francisco e Clara abrange iniciativas que primam, sobremaneira, pela real preservação ambiental e pela distribuição igualitária e democrática de renda e riqueza.

dimensão da espiritualidade. Outras mais, claro, são também muito importantes, havendo destaque nelas, a meu ver, para os aspectos ambientais envolvidos.

Renda básica

Em face da profunda crise do coronavírus a política pública emergencial de transferência de renda apareceu com força no debate público de vários países. Sua trajetória de implementação no Brasil remete a 2003, quando o então senador do Partido dos Trabalhadores (PT) Eduardo Suplicy conseguiu aprovar no Congresso Nacional seu projeto da universal renda básica da cidadania, algo, porém, não posto em prática pelo Poder Executivo. Em seu lugar, o Governo Lula implantou o Programa Bolsa Família (PBF), que também se tornou lei federal no ano seguinte.

O tema ressurgiu em 2020 como uma solução necessariamente imediata para dezenas de milhões de pessoas sem salário ou renda fixa, de modo a lhes permitir ficarem em casa na condição de quarentena. Uma ampla mobilização reunindo 165 organizações da sociedade civil, lideradas pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), denominada Rede Brasileira de Renda Básica e contemplando mais de um milhão de assinaturas e milhares de e-mails de pressão, contribuiu bastante para o bom andamento da proposta no Congresso Nacional. Parlamentares de esquerda, sobretudo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do PT, se uniram para convencer os de outras legendas, de modo a conseguirem, entre a última semana de março e a primeira de abril, a aprovação de um auxílio desse tipo. Na Câmara dos Deputados, ficou estabelecido o pagamento temporário de uma renda emergencial mensal de 600 reais a trabalhadores informais, sendo 1200 reais para chefes de família. Cabe lembrar que a proposta inicial do Governo Bolsonaro era de apenas 200 reais por família. No Senado Federal, foi ampliado o alcance do benefício a diferentes categorias profissionais vulneráveis⁵.

A aprovação da renda emergencial superior ao PBF suscitou o debate quanto aos recursos necessários para tal, algo relacionado à suspensão do pagamento da dívida pública durante a profunda crise econômica. Num segundo momento, o desafio é passar da renda emergencial para a universal e perene renda básica da cidadania, algo que possibilite a toda pessoa ter resguardada

5 Em junho, o Senado viria contemplar também artistas e demais trabalhadores do setor cultural através da aprovação da Lei Aldir Blanc, homegeando o importante compositor falecido um mês antes devido ao coronavírus. O historiador Celio Turino, um protagonista da ABEFC, teve importante participação na mobilização da sociedade civil em prol dessa aprovação legislativa.

sua sobrevivência e de sua família enquanto um direito assegurado pelo Estado (Parijs, 1995; Suplicy, 2013). Tal direito vem sendo defendido, inclusive por economistas liberais de diversos países, até do Fundo Monetário Internacional. A viabilidade disso passa pela criação de um fundo específico a ser alimentado também com recursos provenientes de impostos progressivos contemplando a taxação condizente de grandes lucros e fortunas. A universal renda básica da cidadania não constitui uma panaceia, mas sim uma forma efetiva de eliminação da pobreza extrema, com a grande vantagem de não sujeitar indivíduos ao trabalho aviltante, algo que contribui efetivamente para que os salários como um todo não sejam puxados para baixo.

A mobilização da sociedade civil em prol da aprovação da renda emergencial contou com a relevante participação da rede de indivíduos e entidades que compõem a ABEFC. Tal rede integra organizações, até de abrangência nacional, de diversas procedências: católicas, inter-religiosas, universitárias, sindicais e populares, não havendo prevalência de algumas sobre outras.

Economia solidária

A economia solidária constitui um amplo conjunto de iniciativas coletivistas de: produção, comércio, consumo, poupança e crédito, necessariamente orientadas por princípios igualitários e democráticos. Esse universo abrange cooperativas, empresas recuperadas ou em reabilitação de processos falimentares⁶, pequenos empreendimentos associativos (pré-cooperativas), bancos comunitários e associações locais de troca de mercadorias e serviços mediante o uso de uma moeda social própria. Esse conjunto de iniciativas decorre da dinâmica de acumulação flexível do capitalismo neoliberal, marcado pela drástica redução de custos devido a: desemprego, informalização e precarização das relações e condições de trabalho (Singer; Souza, 2000; Cattani, 2003; Souza; Lima, 2014).

Trata-se, portanto, de um tipo de resposta à exclusão do mercado formal de trabalho. Através dos empreendimentos econômicos solidários, trabalhadores desempregados e marginalizados vêm, desde os anos 1990, obtendo um meio de sustento e, por vezes, redefinem sua identidade social. Destacadamente no discurso militante (ou melhor: *civilizante*⁷), tal construção identitária se baseia na retomada dos princípios do cooperativismo europeu e pioneiro do século XIX, principalmente a autogestão (Singer, 1998 e 2002).

6 Tal busca de recuperação de empresas ganha papel central na profunda crise pandêmica.

7 Agradeço a Cesar Oller pela sugestão desse termo, que, em vez de remeter à ideia de engajamento com disciplina militar, aponta para algo de outro tipo, com perspectiva civilizatória.

No Brasil, o cooperativismo chegou ao início do século XX, trazido por imigrantes alemães e italianos. As primeiras cooperativas assumiram as formas de: consumo nas cidades e agropecuárias no meio rural. Nos anos 1950, 60 e posteriormente 80, houve no país algumas experiências cooperativistas populares, formadas por moradores de periferias urbanas, apoiadas por setores da Igreja Católica (Souza, 2013). Mas foi somente na década de 90, quando surgiram empresas industriais compostas por trabalhadores com o ideal autogestionário - no contexto de grande desemprego - que a expressão *economia solidária* se difundiu.

No âmbito católico, já no início da década de 80, haviam sido formados pequenos empreendimentos solidários nomeados PACs (Projetos Alternativos Comunitários). Apoiados pela Cáritas Brasileira, esses grupos produtivos se desenvolveram massivamente no Nordeste e com destaque no Rio Grande do Sul, onde constituíram, em 1996, um fórum estadual. Na cidade gaúcha de Santa Maria um projeto vinculado à diocese local abrange mais de duzentos grupos de produtores (em maioria rural), envolvendo cerca de quatro mil pessoas. Eles vêm realizando desde 1993 uma feira que se tornou referência, até internacional, do movimento de economia solidária (Gaiger, 2000; Bertucci; Silva, 2003; Sarria; Freitas, 2006; Souza, 2013).

Observa-se que a economia solidária se desenvolveu ao longo da segunda metade dos anos 90 e início da década seguinte a partir de diversas experiências existentes em diferentes partes do país. Tais iniciativas foram gradativamente se aglutinando através de feiras, fóruns, plenárias e eventos afins, de modo a formar um movimento nacional. Sua bandeira fundamental, vale frisar, é a *autogestão*, afirmando valores para além da atividade econômica em si, ligados à ideia de democratização da sociedade.

Como gostava de sublinhar em suas aulas e palestras o falecido professor de economia da Universidade de São Paulo (USP), Paul Singer, os empreendimentos de economia solidária constituem “implantes socialistas” na sociedade capitalista, concebendo ele o socialismo como algo, necessariamente, democrático e construído de baixo para cima na sociedade (Singer, 1998, p. 121-122). Nesta perspectiva, vale dizer que nos empreendimentos econômicos solidários não há o que Marx (1975) denominou mais valia, que é a parte decorrente da produção do trabalhador que não lhe é paga na forma de salário ou participação nos lucros, mas sim geradora de acumulação capitalista. Aliás, convém lembrar que na economia solidária a absoluta maioria dos trabalhadores não recebe salários, mas sim retiradas sendo que eles, enquanto também proprietários dos empreendimentos, não têm seus excedentes chamados de lucros, mas

sim ‘sobras’. Evidentemente, Singer não subestimava o papel do Estado em tal transformação profunda⁸, mas atribuía ao aparato estatal menos importância do que lhe atribuíam (e ainda o fazem) os defensores do socialismo centralmente planejado.

Orçamento participativo

Como outro exemplo de implante socialista Paul Singer costumava apontar o orçamento participativo (OP). Trata-se de uma experiência de gestão originária do Brasil que surgiu em 1989, especificamente na cidade de Porto Alegre, então administrada por Olívio Dutra, do PT (Dutra; Benevides, 2001; Santos, 2002; Oliveira, 2016; Bateman, 2019). Vale lembrar que foi efetivamente devido ao OP que a capital gaúcha acabou sendo escolhida para sediar, em 2001, o primeiro Fórum Social Mundial, grande evento internacional reunindo diversos movimentos sociais, entidades sindicais, organizações não governamentais e ativistas políticos de vários países⁹. De Porto Alegre a experiência do OP se espalhou para algumas outras cidades brasileiras também com governos progressistas¹⁰ e, principalmente, para cerca de mil e quinhentos municípios de outros países, abrangendo as Américas e a Europa, com destaque para os territórios que compõem o Reino Unido.

Tal experiência consiste basicamente em reunir cidadãos em plenárias para discutir e deliberar sobre a destinação de recursos orçamentários. Trata-se de um exímio exercício de *democracia participativa*, algo que exige firme vontade política dos gestores e elevado grau de organização popular mediante a prática dialógica (Habermas, 1994). Lamentavelmente houve nas cidades brasileiras geridas por partidos de esquerda um arrefecimento e até desaparecimento dessa imprescindível vontade política levando ao refluxo dessa importante experiência. Em contrapartida o OP se consolidou em diversas cidades estrangeiras, conforme se pode verificar fazendo-se busca na internet, em interessantes sites

8 Ele fazia questão de ressaltar a diferença entre a revolução política (historicamente rápida) e a revolução social, por sua vez, lenta, tal como foi a passagem do regime feudal ao capitalismo industrial (Singer, 1998).

9 Foi nesse evento que começou efetivamente a se formar o grupo de trabalho composto por relevantes entidades nacionais, que seria o embrião do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), constituído em 2003. Este, por sua vez, seria fundamental para o surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego do então primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A SENAES foi conduzida por Paul Singer até o golpe parlamentar que destituiu a Dilma Rousseff da Presidência da República em 2016 (Forte, 2019).

10 Por ordem decrescente de população eis os maiores municípios brasileiros que tiveram tal experiência: Recife, Belém, Belo Horizonte, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Aracaju, Blumenau, Olinda, Vitória da Conquista e Santo André.

e vídeos de Youtube, inserindo o termo: *participatory budget*. Embora o OP seja associado conceitual e historicamente com a gestão pública municipal, cabe dizer que ele não se circunscreve apenas a recursos orçamentários de cidades. Ou seja, feitas as devidas adaptações - legislativas, normativas, culturais e políticas - tal experiência tem possibilidade de ser aplicada não só a outras instâncias de governo (estadual e até nacional, dados os avanços da tecnologia de informação e comunicação), mas também a variadas instituições públicas em que os indivíduos que as integram ou fazem reconhecido uso contínuo delas podem ser chamados para opinar sobre o uso de seus recursos e também seus rumos, como: hospitais, universidades e escolas médias e fundamentais, por exemplo. Relacionada com o OP, vale dizer, está todo o debate sobre a real democratização do uso de recursos que compõem os orçamentos públicos, formados através de impostos pagos, de um modo ou de outro, por todos os cidadãos que compõem suas respectivas sociedades.

Dimensão da espiritualidade

Além dos implantes socialistas - visceralmente democráticos, como visto - a Economia de Francisco e Clara, a meu ver, tem, por fim, como característica marcante: a dimensão da espiritualidade. O contrário dela - que é a economia capitalista, sobremaneira em sua vertente neoliberal - tem como marca exatamente o caráter materialista, assentado no exacerbado e ostensivo consumismo. Conforme aponta a Carta Brasileira pela Economia de Francisco e Clara¹¹.

Distinta de religiosidade, a espiritualidade não é algo circunscrito às religiões e vem sendo gradativamente estudada nas ciências médicas, já reconhecida como categoria clínica há três décadas pela Organização Mundial de Saúde, assim como nas ciências sociais (...) A economia com alma não subestima a importância dos bens materiais, mas rejeita o culto à materialidade.

Verifica-se que a dimensão da espiritualidade, que é de crescente reconhecimento científico, sobremaneira na área médica (Khayat, 1998; Veer, 2009; Koenig, 2012; Toniol, 2017), deve ser devidamente considerada também na

11 A primeira versão desse documento surgiu em 19 de novembro de 2019 no I Encontro Nacional da ABEFC, ocorrido no Teatro de Arena da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo recebido acréscimos de modo a vir definitivamente em uma reunião nacional, em 18 de janeiro de 2020, no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594766-carta-de-clara-e-francisco-direto-do-brasil-para-o-encontro-mundial-em-assis>. Acesso em: 12/06/2020.

economia¹². Trata-se, portanto, de um aprofundamento a partir da constatação de que a economia é feita sim de bens tangíveis, duráveis e de consumo, além de serviços, mas não se restringe a isso. Ou seja, há fatores não apenas materiais e culturais, mas também espirituais próprios da condição humana, que devem ser devidamente considerados. O chamado paradigma da dádiva, que consiste no princípio antropológico: *dar, receber e retribuir* (reciprocidade) e está na base de laços sociais presentes também em atividades econômicas (Mauss, 1988; Caillé, 1998), de algum modo, faz menção a essa outra dimensão da economia. As inúmeras práticas voluntárias constituem atividades econômicas nas quais os executores prestam serviços e algumas vezes repassam ou entregam diretamente bens de consumo, mas sobremaneira doam e recebem também bens espirituais, que não podem ser contabilizados¹³. Junto com os pagamentos em dinheiro ou através de algum tipo de escambo, algo mais ocorre, havendo outras formas de recompensa que não devem ser desconsideradas. São esses tais ganhos imateriais que, por exemplo, levam muitas pessoas a prosseguirem em pequenos empreendimentos de economia solidária, geradores de baixa renda, mas também de um expressivo grau de satisfação individual pelo fato de as pessoas trabalharem nelas de modo autogestionário, com prevalência de respeito e apoio mútuos¹⁴. No trabalho, elas se sentem efetivamente integrantes de uma *comunidade* que lhes confere laços afetivos e relevante sentido de identidade coletiva.

Na economia assumidamente espiritualizada não faz sentido, por exemplo, a existência de grandes prédios urbanos que armazenam comercialmente objetos não utilizados por seus donos, sendo eles espécies de ‘cemitérios de coisas’ guardadas *at aeternum*, em detrimento dos explícitos limites ambientais do planeta. Evidentemente, se contrapõe também a todo tipo de acumulação exacerbada - base da concentração e da desigualdade socioeconômicas - algo expresso numa verdadeira adoração ao dinheiro (Bejamin, 2013). E rejeita ainda o intenso consumismo com base naquilo que o Papa Francisco costuma designar “cultura do descarte”.

Considerações finais

Apontando para outra forma de desenvolvimento e organização da sociedade, a economia solidária vem sendo praticada no contexto bastante adverso

12 De algum modo isso já vem sendo esboçado mediante o uso de termos cristãos e da chamada autoajuda (Butterworth, 1993).

13 Há que se considerar como algo contrário a isso o trabalho voluntário ostensivo e instrumentalizado para a autopromoção pessoal, por vezes, com explícita finalidade político-eleitoral.

14 Isso, evidentemente, não significa que elas não almejam e tampouco devam deixar de buscar a elevação de suas retiradas e sobras.

e opressivo do capitalismo neoliberal que é alicerçado, em grande medida, no ‘capital improdutivo’ (Dowbor, 2017). Os princípios dela, cabe enfatizar, vão efetivamente além da questão econômica propriamente dita, remetendo-se à almejada *democratização social*. A economia solidária ganha e consolida adeptos - agentes produtores e apoiadores - especialmente devido à sua lógica de inclusão de trabalhadores, sobretudo aqueles com mais dificuldade de se (re)inserirem no mercado de trabalho. É sem dúvida um dos caminhos importantes para alcançarmos uma sociedade eticamente bastante superior à que temos hoje.

Tanto a economia solidária quanto o orçamento participativo têm a dimensão democrática como algo central e estruturante. Como dito, ambos os tipos de experiência foram apontados por Paul Singer como exemplos de implantes socialistas, na perspectiva teórica - muito acertada e meu ver - de que a democracia é uma conquista histórica dos trabalhadores em contraposição à tirania do capital, própria do capitalismo. Surgido como uma importante marca administrativa de prefeituras petistas e, depois, também de outros partidos de esquerda, o OP atraiu os olhos do mundo e vem aos poucos se disseminando internacionalmente. Mas, paradoxalmente, entrou em refluxo no Brasil a partir dos anos 2000 devido, sobretudo, à falta de vontade política dos gestores públicos. A alegação da dificuldade de implementá-lo, somada à ideia de sua suposta pouca visibilidade eleitoral, lamentavelmente, fizeram essa genuína política pública brasileira, na prática, ser colocada de lado.

Por fim, a valorização da dimensão da espiritualidade é algo não traduzido (ao menos ainda) como bandeira de movimento organizado, tampouco em formulação de políticas públicas. Ela constitui o reconhecimento de que a economia vai efetivamente além da prestação de serviços pagos e da produção e venda de bens: materiais, culturais e simbólicos¹⁵. Trata-se, portanto, da troca entre pessoas e grupos daquilo que não se contabiliza, ou ao menos não se deveria contabilizar financeiramente. Ouso dizer que os principais valores dessa *economia espiritualizada* são: gratuidade, solidariedade, reconhecimento, gratidão e reciprocidade. Tais valores ligam, de fato, as pessoas entre si e as mobilizam fortemente, afinal o ser humano não se circunscreve, de modo algum, ao modelo *homo ecomicus*, dos economistas liberais neoclássicos, o indivíduo que age exclusivamente por interesse e mediante cálculo (Hollis; Nell, 1977). Em termos sociológicos a pessoa não procede apenas racionalmente com relação a

15 Cabe aqui fazer menção à economia da troca de bens simbólicos que se dá entre leigos e “protagonistas do sagrado” (padres, pastores e demais lideranças religiosas) através do consumo de “bens sagrados” e o pagamento por eles na forma de dízimos e outros tipos de oferendas no mercado religioso (Bourdieu, 1974; Berger, 1985).

fins, mas também conforme a tradição, o afeto, os valores e a dialogia (Weber, 1991; Habermas, 1994). Tal ser humano, conforme crescentes grupos médicos-científicos, não dispõe apenas de uma estrutura corpórea, mas sim também de uma *dimensão espiritual*, que não poderia ser negligenciada. A espiritualidade do indivíduo diz respeito, principalmente, à questão do sentido da vida e do que lhe causa entusiasmo ou então o seu contrário. Embora se discuta um pouco a respeito, em termos do chamado trabalho voluntário, verifica-se que a economia em sua perspectiva espiritualizada é percebida e, de algum modo, sentida individualmente, mas ainda é pouco compreendida e muito menos reconhecida institucional e cientificamente. Eis uma tarefa, a meu ver, para quem concebe e quem já busca praticar e desenvolver a Economia de Francisco e Clara.

Penso que o cerne dessa *economia civilizatória* constitui a democratização dos recursos econômicos e, conseqüentemente, da sociedade, de modo a haver equilíbrio socioeconômico e também na relação com o planeta - a nossa Casa Comum, como ressalta o Papa Francisco na encíclica *Laudato Si* (2015) - que não pode ser aviltada, devendo ser efetivamente cuidada (Boff, 1999). Neste sentido, o capitalismo, sobremaneira em sua fase neoliberal, é moral e ambientalmente inaceitável (Löwy, 2014). Há necessidade, portanto, de seu enfrentamento concreto através de medidas que levem ao real equilíbrio entre mercado e Estado¹⁶, bem como a disseminação e o fortalecimento dos 'implantes socialistas'. A crise pandêmica significa também oportunidade para a busca concreta de uma sociedade pautada por outros parâmetros morais, culturais, políticos e econômicos. Tal economia nova, necessariamente não tem caráter exclusivo materialista, ou seja, contempla efetivamente a dimensão da espiritualidade. Isto porque nós nos alimentamos e fazemos uso também de bens que não podem ser comprados e que devem circular amplamente, conforme apontaram, há oito séculos, Clara e Francisco de Assis: como dádivas da criação divina.

Referências:

- BATEMAN, George Robert. *The Transformative potential of Participatory Budgeting: creating an ideal democracy*. Abingdon, Routledge, 2019.
- BENJAMIM, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo, Paulinas, 1985.

16 Cabe dizer que o mercado, quando pautado pelos direitos humanos e cidadãos, cumpre papel social relevante, sendo algo pré-capitalista e que deverá existir também na sociedade pós-capitalista, a ser construída.

- BERTUCCI, Ademar de Andrade & SILVA, Roberto Marinho Alves. *20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília, Cáritas Brasileira, 2003.
- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
- BUTTERWORTH, Eric. *Spiritual economics: the principles and process of true prosperity*. Unity School of Christianity, Unity Village, 1993.
- CAILLÉ, Alain. Nem holismo, nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, nº 38, 1998. p. 5-38.
- CATTANI, Antonio David (Orgs.). *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, 2003.
- CHOREV, Nitsan. *The World Health Organization between North and South*. New York, Cornell University Press, 2012.
- DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. 2ª edição. São Paulo, Autonomia Literária, 2017.
- DUTRA, Olívio; BENEVIDES, Maria Victoria. *Orçamento Participativo e Socialismo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FORTE, Joannes Paulus Silva. *Ao embalo da rede: o processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil*. Tese de doutorado em ciências sociais. Campinas, Unicamp, 2019.
- GAIGER, Luiz Ignácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madri, Catedra, 1994.
- HOLLIS, Martin; NELL, Edward J. *O homem econômico racional: uma crítica filosófica da economia neoclássica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- KOENIG, Harold G. *Medicina, religião e saúde. O encontro da ciência e da espiritualidade*. Porto Alegre, L&PM, 2012.
- LÖWY, Michael. *O que é ecossocialismo?* 2ª edição. São Paulo, Cortez, 2014.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa, Edições 70, 1988.
- OLIVEIRA, Osmany Porto de. Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos. *Opinião Pública*, v. 22, n. 22, 2016 p. 219-249.
- PAPA FRANCISCO. *Carta encíclica Laudato si: sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo, Paulinas, 2015.

- PARIJS, Philippe Van. *Real Freedom for all: what (if anything) can justify capitalism?* Oxford, Oxford University Press, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia distributiva. In: *Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- SARRIA ICAZA, Ana Mercedes & FREITAS, Marcelo (Orgs.). *O Projeto Esperança/ Cooesperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência*. Porto Alegre, Cáritas Brasileira, 2006.
- SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- _____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____; SOUZA, André Ricardo de Souza (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 2000.
- SOUZA, André Ricardo de. *Os laços entre igreja, governo e economia solidária*. São Carlos, EDUFSCar e FAPESP, 2013.
- _____; LIMA, Jacob Carlos. Trabalho, solidariedade social e economia solidária. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, v. 93, p. 139, 2014.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda básica de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo, Cortez e Fundação Perseu Abramo, 2013.
- TONIOL, Rodrigo. Atas do espírito: a Organização Mundial da Saúde e suas formas de instituir a espiritualidade. *Anuário Antropológico*, v. 42, 2017, p. 267-299.
- VEER, Peter van der. Spirituality in modern society. *Social Research: An International Quarterly*, vol. 76, nº 4, 2009, p. 1097-1120.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 1. Brasília, Editora da UnB, 1991.

Recebido e aceito em 01/07/2020

Como citar este texto:

SOUZA, André Ricardo de. Pilares da Economia de Francisco e Clara e o enfrentamento da profunda crise. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 1, jan.-abril 2020, pp. 367-377.